

O BRASIL E O ÍNDIO NA GEOGRAFIA DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES — SÉCULO XVI

LUÍS FILIPE BARRETO*

O termo *Descobrimentos* designa a fase renascentista da expansão planetária dos europeus, o processo comunicativo dos séculos XV e XVI que **promove a Abertura do Mundo** e que, ao mesmo tempo, "...converte o mundo em algo cada vez mais pequeno, em virtude da diminuição das distancias..."⁽¹⁾ sociais e culturais. Os Descobrimentos são um contributo renascentista fundamental para o conhecimento verdadeiro da realidade humana. Graças a esta expansão dos europeus pelos diferentes mares e oceanos constitui-se, pela primeira vez, um planetário banco de dados sobre o homem das civilizações e das sociedades da África, Ásia, América e Oceânia. Ao mesmo tempo, este fenómeno comunicativo não se reduz à explosão informativa e gera também uma inquietação formulativa em torno de categorias e de problemas fundamentais para a compreensão do humano.

A explosão informativa e a inquietação formulativa produzem um horizonte antropológico ambivalente que começa a descobrir o Homem como unidade e como diversidade. A unidade afirma a regularidade física do homem todo e de todos os homens, enquanto se descobre a profunda variedade de normas e de valores, de línguas e de comportamentos.

A objectivação do conhecimento antropológico do Renascimento transcende alguns dos princípios e das evidências normalizadas na cultura europeia. Horizontes de conhecimento herdados da antiguidade e da medievallidade, vão passando de verdade a erro como vemos, por exemplo, nos casos da reduzida e descontínua população do planeta ou dos monstros e gigantes semi-animalescos.

Os discursos geográficos dos Descobrimentos Portugueses formam

* Universidade de Lisboa

(1) Alfred Weber — *Historia de la Cultura*, FCE, México, 1956, p. 14.

um dos espaços mais ricos desta tensão essencial na razão antropológica do Renascimento⁽²⁾.

O objectivo deste breve trabalho é apresentar um panorama dos textos fundamentais do saber geográfico e vivencial do Brasil, alcançado pelos Portugueses ao longo do século XVI. Vamos, antes de mais, acompanhar o eixo das sucessões, visitando o tema e a problemática Brasil e Índio em cada um desses individuais discursivos. Em seguida, traça-se uma sintética visão de conjunto.

I — A Sucessão das Unidades Discursivas

Entre os dias 26 de Abril e 1 de Maio de 1500, segundo a hipótese de Jaime Cortesão⁽³⁾, **Pêro Vaz de Caminha** escreve uma carta-relatório ao Rei D. Manuel sobre "...a nova do achamento desta vossa terra nova..."⁽⁴⁾.

A imagem da "...terra de Vera Cruz..." é reduzida e secundária, o que é natural, dado o facto de ser o primeiro contacto e o carácter breve e quase fixo da estadia⁽⁵⁾. É, no entanto, possível destacar alguns pontos chave nesta primeira imagem do Brasil.

Existe, antes de mais, uma expectativa de metais preciosos, de riqueza de ouro e de prata:

"...começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata..."⁽⁶⁾.

⁽²⁾ Para uma perspectiva global deste campo discursivo, veja-se, Luis Filipe Barreto — *As Grandes Obras Portuguesas de Carácter Geográfico in Portugal no Mundo*, dir. de Luís de Albuquerque, Alfa, Lisboa, 1989, vol. IV, pp. 45 a 59.

⁽³⁾ J. Cortesão in *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*, Portugália, Lisboa, 1967, p. 81.

⁽⁴⁾ Pêro Vaz de Caminha — *Carta*, ANTT, Gaveta 8, M. 2, fol. 1.

⁽⁵⁾ Veja-se, Max Justo Guedes — *O Descobrimento do Brasil*, Vega, Lisboa, 1989.

⁽⁶⁾ Pêro Vaz de Caminha — *Carta*, ANTT, Gaveta 8, M. 2, N. 8, Fol. 3.

A realidade física do Brasil surge através de breves e dispersos índices dados segundo o princípio descritivo e classificativo da analogia que faz coincidir um desconhecido com um conhecido, como vemos nos casos da fauna e da flora:

“...ouriços verdes de arvores que na cor queriam parecer de castanheiros senão quanto eram mais e mais pequenos...”⁽⁷⁾ e “...atravessavam alguns papagaios por essas arvores, deles verdes e outros pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece haverá muitos nesta terra ... algumas pombas seixas, e parecem-me bastantes maiores que as de Portugal ... papagaios verdes e outras aves pretas, quase como pegas, a não ser que tinham o bico branco e os rabos curtos...”⁽⁸⁾.

A primeira imagem do Brasil finaliza com uma apreciação meteorológica⁽⁹⁾ e com uma ideia de aproveitamento deste espaço em relação à carreira da Índia “...ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute...”⁽¹⁰⁾.

A informação sobre o Índio é o campo dominante e central da Carta de Pêro Vaz de Caminha. A informação sobre este outro civilizacional é transmitida a partir da diferença homens do mar/homens da terra e manifesta-se no comer e no beber, bem como no plano do simbólico em que um objecto de culto religioso dos cristãos é tomado pelo Outro como objecto de enfeite:

“...viu um deles umas contas de rosário brancas acenou que lhes dessem, folgou muito com elas e lançou-as ao pescoço...”⁽¹¹⁾.

(7) Pêro Vaz de Caminha — *Carta*, ANTT, Gaveta 8, M. 2, N. 8, Fol. 8.

(8) Pêro Vaz de Caminha — *Carta*, ANTT, Gaveta 8, M. 2, N. 8, Fol. 10.

(9) “... a terra em si é de muito bons ares assim frios e temperados como os de entre Douro e Minho porque neste tempo de agora assim os achavam como os de lá...” — Pêro Vaz de Caminha — *Carta*, Fol. 13v.

(10) Pêro Vaz de Caminha — *Carta*, ANTT, Gaveta 8, M. 2, N. 8, Fol. 13.

(11) Pêro Vaz de Caminha — *Carta*, ANTT, Gaveta 8, M. 2, N. 8, Fol. 3. No mesmo fólio encontram-se os dados sobre a distância alimentar.

O Índio surge no discurso de Pêro Vaz de Caminha, tanto na dimensão corporal como na dimensão comportamental-social. A natureza física do Índio "...bons corpos..." é descrita e avaliada positivamente, enquanto perfeição, higiene, beleza e fortaleza: "...andam tais e tão rijos e tão nédios que não somos nós tanto com quanto trigo e legumes comemos..."⁽¹²⁾.

No plano dos valores e das atitudes, esta positividade descritiva e avaliativa desaparece para dar lugar a uma avaliação negativa. Enquanto que a informação sobre o corpo promove uma analogia com o corpo dos europeus, que beneficia o Índio, os dados sobre a dimensão comportamental recorrem a quatro analogias entre o Índio e os animais que levam à conclusão de que: "...são como aves ou alimárias monteses ...gente bestial de pouco saber..."⁽¹³⁾.

Para além da dimensão animalesca, no plano comportamental, o Índio é avaliado como ausência e falta, por exemplo, de casa e de chefe "...nem qualquer alimária que costumada seja ao viver dos homens..."⁽¹⁴⁾.

A ausência nascida da comparação entre o **Outro e o Mesmo** é também o resultado alcançado pela Carta, a propósito da religião:

"...parece-me gente de tal inocência que se os homens entendessem e eles a nós, que seriam logo cristãos porque eles não tem nem entendem em nenhuma crença segundo parece..."⁽¹⁵⁾.

A suposta ausência de religiosidade leva a uma concepção otimista de tábua rasa civilizacional onde facilmente se gravará a mensagem cristã:

"...a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior...ora veja vossa Alteza se quem em tal inocência vive se converterá ou não ensinando-lhes o que pertence à sua salvação..."⁽¹⁶⁾.

⁽¹²⁾ Pêro Vaz de Caminha — *Carta*, ANTT, Gaveta 8, M. 2, N. 8, Fol. 14.

⁽¹³⁾ Pêro Vaz de Caminha — *Carta*, ANTT, Gaveta 8, M. 2, N. 8, Fol. 8.

⁽¹⁴⁾ Pêro Vaz de Caminha — *Carta*, ANTT, Gaveta 8, M. 2, N. 8, Fol. 11v.

⁽¹⁵⁾ Pêro Vaz de Caminha — *Carta*, ANTT, Gaveta 8, M. 2, N. 8, Fol. 11.

⁽¹⁶⁾ Pêro Vaz de Caminha — *Carta*, ANTT, Gaveta 8, M. 2, N. 8, Fol. 13.

Em Pêro Vaz de Caminha, a reduzida informação sobre o Índio é acompanhada por uma constante valoração. O europeu está frente a um outro homem, fisicamente, até superior, mas culturalmente, primitivo. Um outro, situado numa idade quase pré-adâmica, daí que, "...a inocência desta gente..." reclame a cristianização, ou seja, uma aculturação que leve ao "...salvar esta gente...".

A chamada *Relação do Piloto Anónimo* /1501⁽¹⁷⁾ apresenta, nos três primeiros capítulos, alguns dados sobre o Brasil e o Índio. A realidade física do novo espaço que "...não podemos saber se era ilha ou terra firme..." é apresentada em termos positivos:

"...a terra é muito abundante de arvores, e de agoas, milho, inhame e algodão ... o terreno he grande ...tem muito bom ar...tem muitas aves de diversas castas...o peixe que tirão é de diversas qualidades..."⁽¹⁸⁾.

A abundância e a variedade são os tópicos que balizam a avaliação da realidade física do espaço brasileiro. A imagem do Índio nasce de uma diferença que passa pela distância entre o homem nu e o vestuário que lhe é oferecido: "...com uma camisa, um vestido, e um barrete vermelho, com o que ficaram muito contentes, e maravilhados das coisas que lhe haaviam sido mostradas..."⁽¹⁹⁾.

⁽¹⁷⁾ Este texto sobre a viagem de Pedro Alvares Cabral foi editado em italiano com o título de *Libro de la Navigatione de Lisbona a Callichut* por F. Montalboddo nos *Paesi Novamente Retrovati et Novo Mondo da Alberico Vesputio Florentino Intitulato*, Vicenza, 1507, Fol. 58r a 77v.

A série de textos geográfico-antropológicos mais representativos da imagem do Brasil e do Índio é, maioritariamente, manuscrita. Em 18 textos, apenas dois foram impressos no século XVI (percentagem de 12% de impressos e 82% de manuscritos), com o pormenor de um desses impressos, a chamada *Relação do Piloto Anónimo*, apenas, pontual e minoritariamente se referir ao Brasil e não ter sido editada em Portugal e em português. Sobre os impressos renascentistas respeitantes ao Brasil, veja-se, Francisco Leite de Faria — *O Impacte Cultural dos Descobrimentos Portugueses in Portugal/Brasil: A Era dos Descobrimentos Atlânticos*, Bertrand, Lisboa, 1990, pp. 235 a 259.

⁽¹⁸⁾ *Relação do Piloto Anónimo* in Jaime Cortesão — *A Expedição de Pedro Alvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Portugália, Lisboa, 1967, cap. II. p. 230.

⁽¹⁹⁾ *Relação do Piloto Anónimo*, ed. cit. , cap. I, p. 229.

O comportamento e os instrumentos do Índio são brevemente mencionados e, tal como na *Carta* de Pêro Vaz de Caminha, encontramos menções à troca e à convivialidade entre os índios e os portugueses “...cantando e fazendo muitas festas e folias...”.

A descritiva do índio, tanto no plano corporal como comportamental, é sintética, mas, ao contrário da Carta de P. V. de Caminha, foge à valoração e à analogia, embora, sintomaticamente, não aborde o problema da religiosidade:

“...são baços e andão nus sem vergonha, tem os seus cabellos grandes, e a barba pelada; as palpebras e as sobancelhas são pintadas de branco, negro, azul ou vermelho...as mulheres andão igualmente nuas, são bem feitas de corpo, e trazem os cabelos compridos...”⁽²⁰⁾.

Pêro Lopes de Sousa escreve, entre Dezembro de 1530 e Novembro de 1532, um Relato da navegação e do litoral do Brasil⁽²¹⁾. O essencial da escrita está na náutica e na problemática do mar/litoral, enquanto navegação. Existem, no entanto, múltiplos e dispersos elementos sobre o Brasil e o Índio.

A imagem da realidade física do Brasil é, antes de mais, a do prazer estético, a do deslumbramento do olhar e do sentir pela beleza e variedade da natureza

“...a terra é mui fermosa: muitos ribeiros de água e muitas ervas e frores como as de Portugal...”⁽²²⁾ e “...a terra e mais fermosa e aprazível que eu jamais cuidei de ver: nom havia homem que se fartasse de oulhar os campos e a

⁽²⁰⁾ *Relação do Piloto Anónimo*, ed. cit. , cap. II, p. 230.

⁽²¹⁾ Sobre esta viagem de Pêro Lopes de Sousa, veja-se Rolando A. Laguarda Trias — *A Viagem de Martim Afonso de Sousa in História Naval Brasileira*, dir. de Max Justo Huedes, M. Marinha, Rio de Janeiro, 1975, I. vol. Tomo II, pp. 348 a 399, bem como a bibliografia aí indicada.

⁽²²⁾ Pêro Lopes de Sousa — *Navegação que fez Pêro Lopes de Sousa no Descobrimento da Costa do Brasil militando na capitania de Martim Afonso de Sousa: na era da encarnação de 1530*, B. Ajuda, cod. 51-LX-17, Fol. 24.

fermosura deles. Aqui achei um rio grande; ao longo dele, tudo arboredo, o mais fermoso que nunca vi...”⁽²³⁾.

O tópico da expectativa de metais preciosos que surge em P. V. de Caminha e é afluída na *Relação do Piloto Anónimo* “...nesta terra não vimos ferro nem outro algum metal...” aparece de novo em Pêro Lopes de Sousa. Por três vezes, ao longo de 1531 e de 1532, surgem promessas de ouro e de prata feitas, tanto por um chefe índio como por um degradado português, há muito no Brasil e por quinze castelhanos:

“...daqui mandou o capitam I quatro homens pola terra dentro, e foram e vieram em dous meses...e foram até darem com um grande rei, senhor de todos aqueles campos, e lhes fez muita honra e veio com eles até os entregar ao capitam I e lhe trouxe muito cristal e deu novas como no rio de Peraguai havia muito ouro e prata...”⁽²⁴⁾.

A informação sobre o espaço físico brasileiro é grande e diversificada. Dois anos de exploração da costa permitem um acumular de dados sobre o clima, a fauna, a flora e a hidrografia:

“...onde matei muito pescado de muitas maneiras. Nenhum era de maneira como o de Portugal: Tomávamos pexes de altura de um homem, amarelos, e outros pretos com pontas vermelhas, os mais saborosos do mundo... nesta ilha achei muitas aves, as mais fermosas que nunca vi...”⁽²⁵⁾.

A imagem do índio transmitida por Pêro Lopes de Sousa é um conjunto de dados que afirmam a variedade de tipos físicos e culturais.

⁽²³⁾ Pêro Lopes de Sousa — *Navegação que fez Pêro Lopes de Sousa no Descobrimento da Costa do Brasil militando na capitania de Martim Afonso de Sousa: na era da encarnação de 1530*, B. Ajuda, cod. 51-LX-17, Fol. 30.

⁽²⁴⁾ Pêro Lopes de Sousa — *Navegação que fez Pêro Lopes de Sousa no Descobrimento da Costa do Brasil militando na capitania de Martim Afonso de Sousa: na era da encarnação de 1530*, B. Ajuda, cod. 51-LX-17, Fol. 19.

⁽²⁵⁾ Pêro Lopes de Sousa — *Navegação que fez Pêro Lopes de Sousa no Descobrimento da Costa do Brasil militando na capitania de Martim Afonso de Sousa: na era da encarnação de 1530*, B. Ajuda, cod. 51-LX-17, Fol. 33.

Desde a população situada na Baía de Todos os Santos até aos habitantes da Ilha das Palmas, surge uma pluralidade de feições, de valores, de línguas, de índios nus e vestidos, de corpos maioritariamente belos, mas também já feios.

Em termos globais, a descritiva apresenta o índio como corpo e como comportamento-sociedade. A variação de feições e altura é o dado mais relevante no corpo do índio, maioritariamente enunciado como gentil e formoso. O comportamento do índio passa por dados já anteriormente conhecidos, como a troca de presentes e a convivialidade, mas, ao mesmo tempo, surgem várias novidades informativas. A língua guarani não permite o entendimento com e entre todos os índios, como vemos, por exemplo, nos casos das populações do Monte de S. Pedro e da Ilha dos Corvos.

Nos textos de 1500, o problema da comunicação é apenas o do português com o índio: "...não se entendião por fallas, nem mesmo por acenos...", diz-se na *Relação do Piloto Anónimo*.

A variedade comportamental do índio brasileiro é também afirmada no plano do vestuário, das atitudes (os habitantes da Ilha das Onças e do Cabo de Santa Maria são tristes, comparativamente aos outros), das tecnologias habitacionais e guerreiras:

"...as suas almadias eram de 10, 12 braças de comprido e mea braça de largo. O pao delas era cedro, mui bem lavradas. Remavam-nas com ãas pás mui compridas, no cabo das pás penachos e borlas de penas; e remavam cada almadia 40 homens todos em pé..."⁽²⁶⁾.

No Relato de **Pêro Lopes de Sousa** surge, no dia 26 de Dezembro de 1531, uma descritiva sobre o sagrado que contraria a hipótese de **Pêro Vaz de Caminha**, de tábuas rasas religiosas:

"...então vi que eram sepulturas dos que morriam, e tudo quanto tinham lhes punham sobre a cova, porque as peles com que andavam cobertos tinham ali sobre a cova e

⁽²⁶⁾ Pêro Lopes de Sousa — *Navegação que fez Pêro Lopes de Sousa no Descobrimento da Costa do Brasil militando na capitania de Martim Afonso de Sousa: na era da encarnação de 1530*, B. Ajuda, cod. 51-LX-17, Fol. 32.

outras maças de pao e azagais de pao tostado; e as redes de pescar e as de caçar veados, todas estavam em contorno da sepultura..."⁽²⁷⁾.

Em 13 de Março de 1531, na zona da Baía de Todos os Santos, **Pêro Lopes de Sousa**, anota a primeira descritiva portuguesa do ritual da antropofagia:

"...trouxeram muitos dos outros cativos e os matavam com grandes cerimónias, presos por cordas, e depois de mortos os assavam e comiam..."⁽²⁸⁾.

O Relato de **Pêro Lopes de Sousa** concilia uma grande quantidade de informação dispersa sobre o Brasil e o Índio, com um pequeno número de casos de valoração e de analogia. A aproximação dá-se, sobretudo, entre o conhecido e o desconhecido, servindo para valorizar o espaço físico do Brasil:

"...nam se pode escrever a fermosura desta terra... é o campo todo coberto desta caça, que nunca vi em Portugal tantas ovelhas nem cabras como há nesta terra de veados..."⁽²⁹⁾.

O **P. Manuel da Nóbrega** é uma das figuras mais decisivas do universo do pensamento e da acção da Companhia de Jesus no Brasil. Escolhemos alguns dos seus textos como amostra que julgamos representativa, embora muito parcialmente, da imensa produção epistolográfica dos jesuítas no Brasil⁽³⁰⁾.

⁽²⁷⁾ Pêro Lopes de Sousa — *Navegação que fez Pêro Lopes de Sousa no Descobrimento da Costa do Brasil militando na capitania de Martim Afonso de Sousa: na era da encarnação de 1530*, B. Ajuda, cod. 51-LX-17, Fol. 45.

⁽²⁸⁾ Pêro Lopes de Sousa — *Navegação que fez Pêro Lopes de Sousa no Descobrimento da Costa do Brasil militando na capitania de Martim Afonso de Sousa: na era da encarnação de 1530*, B. Ajuda, cod. 51-LX-17, Fol. 13.

⁽²⁹⁾ Pêro Lopes de Sousa — *Navegação que fez Pêro Lopes de Sousa no Descobrimento da Costa do Brasil militando na capitania de Martim Afonso de Sousa: na era da encarnação de 1530*, B. Ajuda, cod. 51-LX-17, Fol. 42.

⁽³⁰⁾ Veja-se, *Monumenta Historica Societatis Iesu, Monumenta Brasiluae*, ed. Serafim Leite, Roma, 1956-1968, 5 vols.

Em 1549, a *Informação da Terra do Brasil* é um discurso sintético onde se acumulam dados vistos e outros recebidos, oralmente ou por escrito, no Brasil e em Portugal:

“...tem esta costa mil léguas de costa toda povoada de gente, que anda nua, assim mulheres como homens, tirando algumas partes mui longe donde estou, onde as mulheres andam vestidas ao traje de ciganas...”⁽³¹⁾.

A variedade socio-cultural do Índio é afirmada, “...os gentios são de diversas castas...”, mencionando-se os goianeses, carijós, gaimurés, tupeniques e tupinambãs, para utilizarmos os termos do P. Manuel da Nóbrega.

A descritiva do índio, centrada no comportamento com implicação ética e religiosa, parte da ideia de que o índio é uma tábua rasa religiosa: “...esta gentilidade a nenhuma coisa adora, nem conhecem a Deus...”⁽³²⁾. No entanto, este vazio, “...não tem conhecimento nem de glória nem de inferno...”⁽³³⁾, é avaliado como um apenas semi-neutro religioso, devido à feitiçaria e ao demónio (são constantes as presenças e as analogias diabólicas: “...parecem demónios...” e “...endemoninhadas...”).

A atenção descritiva à feitiçaria é feita através de constantes juízos de valor “...seus enganos...” e de uma posição estratégica que vê nos feiticeiros os “...maiores contrários que cá temos...”.

As práticas mortuária e da antropofagia são também enunciadas de um modo mais pormenorizado do que aquele que detectamos em 1530-1532, no discurso de Pêro Lopes de Sousa. No entanto, este crescimento informativo é acompanhado por uma constante analógico-

⁽³¹⁾ P. Manuel da Nóbrega — *Informação da Terra do Brasil* (1549) in *Cartas do Brasil Mais Escritos (Opera Omnia)*, ed. Serafim Leite, I. Universidade, Coimbra, p. 59.

⁽³²⁾ P. Manuel da Nóbrega — *Informação da Terra do Brasil* (1549) in *Cartas do Brasil Mais Escritos (Opera Omnia)*, ed. Serafim Leite, I. Universidade, Coimbra, 1955 p. 62.

⁽³³⁾ P. Manuel da Nóbrega — *Informação da Terra do Brasil* (1549) in *Cartas do Brasil Mais Escritos (Opera Omnia)*, ed. Serafim Leite, I. Universidade, Coimbra, 1955, p. 65.

valorativa em que o **Outro** ganha sentido frente às normas e aos valores do **Mesmo**:

“...tem memória do diluvio, mas falsamente, porque dizem que cobrindo-se a terra de água, uma mulher com o seu marido, subiram em um pinheiro, e depois de minguadas as águas desceram: e destes procederam todos os homens e mulheres...”⁽³⁴⁾.

Os aspectos socioculturais do índio sem implicação religiosa não despertam grande interesse descritivo ao P. Manuel da Nóbrega que informa, sinteticamente, sobre a ordem comunitária da sociedade índia: “...em muitas coisas guardam a lei natural...”

A centração no interesse religioso e nos dados sobre os aspectos morais, tendo em vista a estratégia da cristianização, é responsável pela pouca informação sobre o Brasil. Alguns pormenores breves e gerais sobre o clima, a fauna e a flora transmitem a ideia de abundância natural do espaço físico. Ao longo da década de cinquenta, em textos como o *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, escrito na Baía em 1556-1557, os *Apontamentos de Cousas do Brasil*, de 8 de Maio de 1558 ou a *Carta* ao P. Miguel de Torres e Padres de Portugal, de 5 de Julho de 1559, assistimos a uma cada vez maior fixação da problemática do índio no terreno religioso e como questão estratégica da missionação.

Os textos da década de cinquenta radicalizam a oposição entre o cristão e o índio, transmitindo uma atmosfera de aculturação religiosa, feita a partir do uso da força:

“... os feiticeiros são de nós perseguidos e outras muitas abusões que têm se vão tirando...”⁽³⁵⁾ e “...pensamos que será princípio dum bom castigo e para os outros gentios grande exemplo; e talvez por medo se

⁽³⁴⁾ P. Manuel da Nóbrega — *Informação da Terra do Brasil* (1549) in *Cartas do Brasil Mais Escritos (Opera Omnia)*, ed. Serafim Leite, I. Universidade, Coimbra, 1955, p. 65.

⁽³⁵⁾ P. Manuel da Nóbrega — *Informação da Terra do Brasil* (1549) in *Cartas do Brasil Mais Escritos (Opera Omnia)*, ed. Serafim Leite, I. Universidade, Coimbra, 1955, p. 297.

converterão mais depressa do que o não farão por amor, tanto andam corrompidos nos costumes e longe da verdade..."⁽³⁶⁾.

A informação sobre o índio reduz-se a um quase grau zero porque a grande preocupação é a acção cristianizadora dificultada pelo próprio ser cultural do índio (a nudez, o naturalismo, a feitiçaria, a antropologia, o nomadismo, etc.) e também pelos colonos portugueses que apenas servem para: "...danarem e estorvarem a converção do gentio..."⁽³⁷⁾.

Pêro de Magalhães de Gandavo produz a primeira visão global do Brasil colonial, graças às duas geografias, *Tratado da Província do Brasil*, de cerca de 1568/1569 e *Tratado da Terra do Brasil*, de cerca de 1569/1570 e à *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, impressa em Lisboa, em 1576.

Esta trilogia apresenta uma ordem discursiva ambivalente. Minoritariamente, existe uma continuidade entre as três obras que passa pela quase total igualdade de ambos os *Tratados*, apenas quebrada pelo capítulo nono da parte II que surge no *Tratado da Terra*, mas não no *Tratado da Província do Brasil*.

A vertente da continuidade manifesta-se também no final do *Tratado da Terra* que abre para a possibilidade e a necessidade de uma obra mais desenvolvida:

"...quisera escrever mais meudamente das particularidades desta província do brasil, mas porque satisfizesse a todos com brevidade guardei-me de ser comprido posto que os louvores da terra pedissem outro livro mais copioso e de maior volume onde se comprehendessem por exemplo as excellencias e diversidades das cousas que há nella..."⁽³⁸⁾.

⁽³⁶⁾ P. Manuel da Nóbrega — *Informação da Terra do Brasil* (1549) in *Cartas do Brasil Mais Escritos (Opera Omnia)*, ed. Serafim Leite, I. Universidade, Coimbra, 1955, p. 70.

⁽³⁷⁾ P. Manuel da Nóbrega — *Informação da Terra do Brasil* (1549) in *Cartas do Brasil Mais Escritos (Opera Omnia)*, ed. Serafim Leite, I. Universidade, Coimbra, 1955, p. 284.

⁽³⁸⁾ Pêro de Magalhães de Gandavo — *Tratado da Terra do Brasil*, Ms. N. 552, Biblioteca Nacional, Lisboa, Fol. 46v.

No entanto, a continuidade entre as três obras é apenas parcial e o que predomina é a descontinuidade entre a geografia e a história, entre os *Tratados do Brasil* e a *História da Província de Santa Cruz*. Os dois primeiros são de natureza essencialmente descritiva, enquanto que o último é narrativo. Dos *Tratados* à *História* vai um caminho de progressão na quantidade informativa sobre o Brasil físico e o Índio, mas, também, uma regressão na quantidade e no tipo de dados sobre a vida colonial do Brasil, a paisagem demográfica, económica e social da colonização.

A prova por excelência desta regressão surge a propósito do tratamento das capitanias que ocupa 9 capítulos nos *Tratados* e 1 capítulo na *História* e esta mudança não é apenas quantitativa mas, essencialmente, qualitativa, pois a *História* faz desaparecer a informação sobre o número e o tipo de engenhos e de habitantes, dada nos *Tratados*.

A regressão na informação colonial estratégica tem a ver com a lógica do manuscrito e do impresso num universo cultural ligado à razão do Estado expansionista.

Tomando esta trilogia diferencial como um todo, vemos que a imagem do Brasil físico é a da riqueza, a da imensa fertilidade dos solos, das águas, das condições climatéricas. Em **P. de Magalhães de Gandavo** acumulam-se os adjectivos para avaliar esta realidade: "...tam fertil...", "...mui rica...", "...abastada de todos os mantimentos..." e "...grandes esperanças de...muito ouro e pedraria..."

A descritiva da realidade física do Brasil leva a um primeiro inventário global atento bem mais à fauna que à flora, como vemos na parte II dos *Tratados*, capítulos quarto, quinto, sexto e oitavo ou nos capítulos V, VI, VII e VIII da *História*.

O Índio é descrito com pormenor na sua variedade cultural, mas é também avaliado, no geral, como um primitivo que vive num estado e idade naturais:

"...desta maneira vivem todos estes índios sem mais terem outras fazendas entre si, nem grangearias em que se desvelem, nem tão pouco estados nem opiniões de honra, nem pompas pera que as hajam mister: porque todos, como digo, sam iguaes e em tudo tam conformes nas condições,

que ainda nesta parte vivem justamente e conforme à lei de natureza...”⁽³⁹⁾.

O corpo do índio é apresentado não tanto como entidade física, “...andam nus sem cubertura alguma assy machos como femeas...”⁽⁴⁰⁾ e “...feições delles à maneira de chins...”, mas sim, como terreno de adornos. A atenção descritiva centra-se no índio enquanto comportamento e valor.

A informação sobre a antropofagia, a técnica, os costumes sociais, a habitação, etc. é a mais extensa e pormenorizada, até então produzida pelos portugueses, mas estes quadros descritivos são completados por unidades valorativas do tipo cruel, bárbaro, bestial, vingativo. “...mui deshumanos...”. A valoração negativa, “...vivem bestialmente sem ter conta nem pezo nem medida...”⁽⁴¹⁾, acompanha o crescimento informativo e resulta da constante utilização do princípio da analogia entre o **Outro** e o **Mesmo**.

As analogias em torno da língua, das estruturas social e económica, da organização política ou do sistema de crenças religiosas constroem uma imagem do índio como vazio de traços essenciais de polícia, ou seja, de desenvolvimento civilizacional. Por isso, o índio, em termos socioculturais, é pensado como um afim dos animais, um humano de racionalidade primitiva e inferior:

“...nam ha entre elles nenhuma boas artes a que se dêem, nem se ocupam noutro exercicio senam em grangear com seus pais o que hão de comer...aquella criação em que a natureza foi universal a todos os outros animaes que nam participam de razam...”⁽⁴²⁾.

A década de oitenta cria um relevante conjunto de textos sobre o

⁽³⁹⁾ Pêro de Magalhães de Gandavo — *Historia da Provincia de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil...*, Lisboa, 1576, cap. 10, pp. 36v. e 37.

⁽⁴⁰⁾ Pêro de Magalhães de Gandavo — *Tratado da Provincia do Brasil*, Ms. N. 2026. Col. Sloaniana, British Library, Londres, Fol. 33v.

⁽⁴¹⁾ Pêro de Magalhães de Gandavo — *Tratado da Provincia do Brasil*, Ms. N. 2026. Col. Sloaniana, British Library, Londres, Fol. 34v.

⁽⁴²⁾ Pêro de Magalhães de Gandavo — *Historia da Provincia de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasi...*, Lisboa, 1576, cap. 10, p. 36.

Brasil e o índio, da autoria de **Fernão Cardim**, S. J.(1541-1625), **Luis Teixeira** e **Gabriel Soares de Sousa**. O jesuíta Fernão Cardim é autor das seguintes obras: *Informação da Provincia do Brasil*/1583⁽⁴³⁾. *Do Principio e Origem dos Indios do Brasil e de Seus Costumes, Adoração e Ceremonias*/1584, *Do Clima e Terra do Brasil*/1584 e *Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica*/1583 a 1590. No seu conjunto, estes quatro textos apresentam um grande peso informativo sobre as realidades Índio e Brasil físico, embora a *Narrativa Epistolar* esteja bastante atenta à vida interna da Companhia de Jesus.

A quantidade e a qualidade informativas de Fernão Cardim transcendem, radicalmente, o nível alcançado por P. de Magalhães de Gandavo. Não se trata apenas de mais e de melhor informação, mas também, de um deslocamento que acentua a descritiva empírica e recua na valoração:

“... entre elles há casamentos, porém há muita duvida se são verdadeiros, assim por terem muitas mulheres, como pelas deixarem facilmente...mas, ou verdadeiros ou não, entre elles se fazião deste modo...”⁽⁴⁴⁾.

Os textos de 1584 correspondem a uma sistematização especializada dos dados sobre o Índio e o Brasil. Procura-se, em ambos os temas, um inventário discriminado capaz de traçar uma paisagem o mais exaustiva e objectiva possível:

“...antes de terem conhecimento dos Portugueeses usavão de ferramentas e instrumentos de pedra, osso, pau, canas, dentes de animais, etc., e com estes derrubavão grandes matos com cunhas de pedra; ajudando-se do fogo...estimão

⁽⁴³⁾ Sobre a autoria desta obra, veja-se, Serafim Leite — *Fernão Cardim Autor da Informação da Provincia do Brasil para o Nosso Padre de 31 de Dezembro de 1583* in *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 30 de Dezembro de 1945 e *História da Companhia de Jesus no Brasil*, I. N. Livro, R. de Janeiro — Lisboa, 1945, vol. V, p. 59.

⁽⁴⁴⁾ Fernão Cardim — *Do Principio e Origem dos Indios do Brasil* (1548) in *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, ed. C. Abreu e R. Garcia, C. E. N. , R. de Janeiro, 1925, p. 163.

muito o ferro pela facilidade que sentem em fazer suas cousas com elle, e esta é a razão porque folgão com a comunicação dos brancos..."⁽⁴⁵⁾.

O inventário da fauna e da flora é acompanhado por uma imagem de abundância e de fertilidade do espaço físico:

"...este Brasil he já outro Portugal, e não fallando no clima que he muito mais temperado, e sadio, sem calmas grandes, nem frios, e donde os homens vivem muito com poucas doenças, como de colica...nem outras enfermidades de Portugal..."⁽⁴⁶⁾.

O *Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na Costa do Brasil desde o Cabo de S. Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães* de **Luis Teixeira**, datável de cerca de 1586, é um roteiro da costa atlântica da América do Sul, com algumas informações sobre a fauna marítima.

O centro de interesse do roteiro encontra-se no espaço físico com implicação náutica. Conhecenças e sinais do litoral, ventos e marés são acumulados de forma a permitir uma maior e melhor navegação: "...já falámos da costa e suas conheçenças agora diremos de como se deve buscar a terra vindo do mar..."⁽⁴⁷⁾.

O *Roteiro* de Luis Teixeira é uma obra de sistematização especializada, um inventário das condições e das possibilidades de navegação do Atlântico brasileiro.

Em 1587, **Gabriel Soares de Sousa** conclui a redacção do *Tratado Descritivo do Brasil* que é a mais sistemática e especializada das imagens do Brasil e do Índio do séc. XVI. O *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa apresenta um objectivo duplo e complementar. Por um lado, trata-se de

⁽⁴⁵⁾ Fernão Cardim — *Do Principio e Origem dos Indios do Brasil* (1548) in *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, ed. C. Abreu e R. Garcia, C. E. N. , R. de Janeiro, 1925, p. 179.

⁽⁴⁶⁾ Fernão Cardim — *Do Clima e Terra do Brasil* (1548) in *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, ed. C. Abreu e R. Garcia, C. E. N., R. de Janeiro, 1925, p. 220.

⁽⁴⁷⁾ Luis Teixeira — *Roteiro de Todos os Sinais... na Costa do Brasil*, rep. facsimilada, Lisboa, 1988, Fol. 5.

mostrar a grandeza e a fertilidade de todo o Brasil e, muito em especial, do Estado da Baía. Por outro, procura-se retirar as consequências políticas deste espaço de abundância e, portanto, de apresentar ao poder político central, um manifesto das potencialidades do Brasil.

Gabriel Soares de Sousa redige ao mesmo tempo que um inventário sistemático e especializado do Brasil (físico e colonial) e do Índio, um manifesto de aproveitamento, de povoamento, de fortificação do espaço brasileiro, ou seja, uma resposta técnica e objectiva aos obstáculos à colonização colocados por outros europeus e pelo índio:

“...obrigado de minha curiosidade fiz por espaço de 17 annos que residi no Estado do Brasil muitas lembranças por escrito do que me pareceu digno de notar... compadecendo-me da pouca noticia que nestes reinos se tem das grandezas e estranhezas desta provincia...escriptura e breve relação em que se contam o que pude alcançar da cosmografia e descrição deste estado...”⁽⁴⁸⁾.

Informar e cativar o poder, redigindo ao mesmo tempo, um album de reportagens empíricas e um manifesto de potencialidades coloniais, era um objectivo já presente na trilogia discursiva de P. de Magalhães de Gandavo. Gabriel Soares de Sousa desenvolve e sistematiza estas tendências, alcançando o maior e o mais organizado banco de dados. O *Tratado Descritivo do Brasil* está dividido em duas grandes partes. Na primeira, surge um *Roteiro Geral da Costa Brasilica*, uma visão global dada a partir de um levantamento geográfico do litoral, com acentuação da hidrografia, das nações índias e das capitanias.

A segunda parte, *Memorial das Grandezas da Baía de Todos os Santos*, é uma visão minuciosa e especializada de uma unidade local em constante abertura comparativa e informativa com o restante mundo brasileiro. O *Memorial*, enquanto sistematização e especialização, apresenta telas informativas, regra geral, de cerca de 30 a 40 capítulos, sobre a organização económico-social da colónia, a flora, a mineralogia, o índio, etc.

⁽⁴⁸⁾ Gabriel Soares de Sousa — *Noticia do Brasil. Discripçam Verdadeira da Costa daquele Estado que pertence à Coroa do Reyno de Portugal, sitio da Bahia de Todos os Santos & Fertilidade daquele Provincia, com relação de todas as aves, animais, peixes, bichos e costumes dos gentios muito certa e curiosa*, B. Ajuda, Ms. 51-V-32, Fol. IX.

A imagem do Brasil é a da abundância, de variedade e de grande riqueza, quer se trate da hidrografia, dos minérios, da pecuária ou das aves e peixes:

“...a grandeza, fertilidade e outras grandes partes que tem a Bahia de Todos os Santos e demais estados do Brasil...cuja terra é quase toda muito fértil, mui sadia, fresca e lavada de bons ares e regada de frescas e frias águas...”⁽⁴⁹⁾.

A imagem do índio assenta, antes de mais, na grande variedade de comportamentos e de valores que surgem nas diferentes “nações” de índios desde o Amazonas até ao Rio da Prata. A diferença de língua e costumes é dada através de uma precisa e pormenorizada informação acompanhada de valorações. Os juízos de valor de G. Soares de Sousa procuram classificar o índio em termos de resposta positiva ou negativa frente à aculturação dos portugueses e daí nasce, por exemplo, a ideia de que os Papuias são gente doméstica enquanto que os Aimorés são bárbaros.

Em Gabriel Soares de Sousa, a imagem do índio como entidade corporal e espiritual está marcada pela ideia de bárbaro:

“...ainda que os tupinambás se dividiram em bandos, e se inimizaram uns com outros, todos falam uma língua que é quase geral pela costa do Brasil, e todos têm uns costumes em seu modo de viver e gentilidades; os quais não adoram nenhuma coisa, nem têm nenhum conhecimento da verdade, nem sabem mais que há morrer e viver; e qualquer coisa que lhes digam, se lhes mete na cabeça e são mais bárbaros que quantas criaturas Deus criou...”⁽⁵⁰⁾.

Entre as obras mais relevantes do século XVI sobre o Brasil e o Índio, merece ainda destaque a *De Algumas Coisas Mais Notáveis do Brasil e de Alguns Costumes dos Índios* do P. Francisco Soares, S. J. (1560?-1597). Este

⁽⁴⁹⁾ Gabriel Soares de Sousa — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, ed. F. A. Varnhagen, C. E. N. , S. Paulo, 1971, I parte, p. 39.

⁽⁵⁰⁾ Gabriel Soares de Sousa — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, ed. F. A. Varnhagen, C. E. N. , S. Paulo, 1971, II parte, cap. CL, p. 302.

texto de que se conhecem duas redacções, de cerca de 1590 e 1596 ⁽⁵¹⁾, é um imenso conjunto de dados dispersos sobre o Brasil e o Índio. O mais importante é a qualidade e a quantidade empíricas da informação e a pouca valoração negativa que se utiliza na descritiva do índio:

“...o gentio do Brasil antes que case primeiro há-de matar em guerra e a mulher depois de lhe vir seu costume daí a três anos casa com o matador e fazem grandes festas...”⁽⁵²⁾.

II — A Lógica das Fases Discursivas

Esta breve visita a algumas das unidades discursivas fundamentais da imagem portuguesa de quinhentos, do Brasil e do Índio permite agora traçar linhas de conjunto, hipóteses de compreensão das constantes e das variáveis deste quadro documental.

O universo da geografia descritiva e antropológica dos Descobrimentos Portugueses sobre o Brasil é organizável num corpo de fases discursivas e de etapas de acumulação e de progressão informativas. Estas fases, acumulações e progressos estão directamente ligados ao próprio processo social da colonização brasileira.

A articulação entre o corpo textual e o mundo contextual é manifesta na diferença entre uma idade civilizacional de apenas passagem e contacto com o Brasil e o Índio e a idade seguinte de ocupação e de fixação, de implementação de todo um espaço e tecido produtivos no universo originário. A colonização do Brasil implica a criação de um espaço e de um aparelho produtivos, a domesticação de um espaço natural através de uma unidade social baseada na família latifundiária cristã.

A vida torna-se aristocrática e escravocrata e a base económica reside agora na riqueza agrária com tendência para a grande monocultura e no trabalho escravo.

⁽⁵¹⁾ Veja-se, *Coisas Notáveis do Brasil*, INL, R. de Janeiro, 1966, Introdução de A. G. Cunha, pp. XIII a XXIV.

⁽⁵²⁾ P. Francisco Soares — *Coisas Notáveis do Brasil*, INL, R. de Janeiro, 1966, p. 91.

A criação deste tecido produtivo num espaço tropical, nómada e recolectivo, começa nas décadas de trinta e quarenta do século XVI. Mais propriamente, entre a fundação do primeiro município, S. Vicente, em 1532, e a chegada do primeiro governador, Tomé de Sousa, em 1549. Este arranque institucional e prático da colonização marca duas idades da realidade Brasil e Índio, e também por isso, dois grandes horizontes de conhecimento e de avaliação dessas mesmas realidades.

A diferença fundamental tem a ver com as condições de possibilidade da escrita, com os pontos de vista que fundam os discursos.

Na idade dos encontros apenas são possíveis textos geográfico-antropológicos que nascem de uma passagem ou de uma curta estadia, textos cuja duração de fundo vivencial (o mesmo é dizer, de recolha informativa) é de cerca de duas semanas a dois anos.

Estas condições de escrita frente a um real físico e humano que, no essencial, se mantem na sua condição original e própria, criam um determinado horizonte de limites e de possibilidades, um determinado ângulo de constituição da visão e do valor do Brasil e do Índio.

A partir da década de quarenta, as condições de possibilidade discursiva alteram-se, radicalmente. O ponto de vista que preside à criação textual não é já o de uma mera passagem, curta ou longa, por um real que apenas se toca, mas sim, o de uma presença e de uma ocupação transformativas, durante décadas do Brasil e do Índio.

Presença e ocupação que à medida que avançamos na segunda metade do século XVI, gera um fundo memorial, oral, visual e escrito. Fundo que se vai estabelecendo e consolidando ao mesmo tempo que as realidades Brasil e Índio não são mais os distantes factores naturais a apontar, mas são também, os dados próximos a modelar, a alterar, a conquistar e a criar produtivamente.

O jogo das idades civilizacionais do encontro e do desencontro contribui para que os discursos geográfico-antropológicos sobre o Brasil e o índio ganhem emergência e sentido em três grandes fases: I — Encontro (de 1500 ao final da década de trinta); II — Acumulação (da década de quarenta ao final da década de setenta); III — Explosão, Sistematização e Especialização (a partir da década de oitenta).

A primeira fase, com uma trilogia de discursos de passagem, transmite uma pontual informação com base em imediatos visíveis. Os textos de **Pêro Vaz de Caminha**, da **Relação Anónima** e de **Pêro Lopes de Sousa** afirmam uma unidade de perspectiva que valoriza o bom clima e a

variedade do Brasil natural, bem como a ideia positiva do índio, enquanto ser primitivo, mas fisicamente belo e comportamentalmente amistoso. Unidade de perspectiva positiva e primitiva do **Outro** humano que não anula a descoberta, com **Pêro Lopes de Sousa**, da pluralidade de usos e de costumes dos índios do litoral brasileiro.

O texto de 1530-1532 representa, em termos de informação sobre o Brasil e o Índio, o momento mais alto desta primeira fase. O apogeu de uma certa visão, quer em termos de descritiva paradisíaca do espaço físico, quer em termos de tendencial neutralismo valorativo, quanto ao índio.

A segunda fase desenvolve a acumulação de conhecimentos pontuais e imediatos, em especial, graças às Cartas dos Jesuítas que, por razões de economia, aqui silenciámos, tomando como amostra típica a obra do P. Manuel da Nóbrega. Ao mesmo tempo, a quantidade de informação disponível sobre o Brasil e o Índio e a construção do espaço produtivo colonial criam condições e necessidades para o surgimento das primeiras visões globais.

Visão global da língua tupi que em 1555 o **P. José Anchieta** já tinha sob a forma manuscrita, mas que apenas é impressa em Coimbra/1595, com o título de *Arte da Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*. Visão estratégica da missão com os primeiros instrumentos globais, caso do catecismo na língua tupi, de **Marcos Jorge e Leonardo do Vale**. Esta manuscrita *Doutrina na Língua do Brasil* que, em 1574, era já um texto habitual, não tem, até hoje, qualquer traço documental de sobrevivência.

Visão global da geografia e da história do Brasil colonial ensaiada por Pêro de Magalhães de Gandavo enquanto manifesto de uma maior e melhor colonização capaz de solucionar a pobreza em Portugal: "...todos tem remedio de vida, e nem um pobre anda pelas portas a mendigar como nestes reinos..."⁽⁵³⁾.

É nesta fase de maior e de melhor conhecimento das realidades física e humana do Brasil que surge, de uma forma explícita e fundamentada, a pluralidade de imagens. A natureza brasileira não deixa de ser considerada, positivamente, mas o realismo do conhecimento e do aproveitamento coloniais implica as primeiras considerações negativas sobre a extrema humidade.

⁽⁵³⁾ Pêro de Magalhães de Gandavo — *Historia da Provincia de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil...*, Lisboa, 1576, cap. IV, p. 15v.

O aumento de informação abre à pluralidade de perspectivas, à pluralidade de acentuações de interesse, à diferença nas avaliações e nas descritivas.

A visão do índio, estabelecida na primeira fase, altera-se, então, profundamente. O optimismo da fácil cristianização com que o P. Manuel da Nóbrega chega ao Brasil, passa para a consciência das dificuldades postas pelo animismo.

A imagem da inocência e da convivialidade cede lugar a uma perspectiva maioritária em que o índio é um ser violento, sem qualidades de trabalho e sem valores morais. O desencontro da colonização, material e espiritual, começa a alterar o real e as suas paisagens informativas.

A segunda fase representa o aprofundamento e a objectivação nos traços de pluralidade entre os índios do Brasil. Conhecem-se mais tribos e maior diferença de costumes e de valores. No entanto, esta progressão informativa é acompanhada por uma maior desvalorização do **Outro**, por uma maior presença da memória e da utensilagem classificativas europeias.

A terceira fase é o tempo da exploração informativa, da sistematização do já alcançado e, mesmo, da acelerada especialização sobre este ou aquele tema ou plano do Brasil e do Índio.

A progressão no conhecimento das realidades, física e humana, é simultânea a um aumento nas diferenças de avaliação do índio. Globalmente, é, cada vez mais, tomado como um negativo, porque um obstáculo à aculturação material e espiritual. Mas, quando surge como um positivo ou um não valorado, tal já não se deve a características projectadas (como no caso da inocência adâmica), mas sim a múltiplas características objectivamente notadas:

“... amão os filhos extraordinariamente, e trazem-nos metidos nuns pedaços de redes que chamão typoya...e não lhes dão nenhum género de castigo...”⁽⁵⁴⁾.

As distâncias epistémicas que unem e separam estas três fases discursivas podem ser avaliadas através de alguns casos exemplares. A primeira fase, a idade de imediata anotação das visibilidades, faz com

⁽⁵⁴⁾ Fernão Cardim — *Do Principio e Origem dos Indios do Brasil (1584) in Tratados da Terra e Gente do Brasil*, ed. C. Abreu e R. Garcia, C. E. N. , R. de Janeiro, 1925, p. 170.

que em 16 de Março de 1531, **Pêro Lopes de Sousa** afirme que: "...não tem nenhum modo de física, como se acham mal não comem e põem-se ao fumo e assim pelo conseguinte os que são feridos..."⁽⁵⁵⁾. Passado mais de meio século, **Gabriel Soares de Sousa** explica o que Pêro Lopes de Sousa vira, provando a existência de toda uma farmacopeia tupi:

"...capeba é uma erva que nasce em boa terra perto da água...esta erva é de natureza frigidissima, com cujas folhas pelo ar do fogo se desafoja toda a chaga e inhação..."⁽⁵⁶⁾.

O aumento e a profundidade da informação permitem o abandono das erradas interpretações sobre a ausência de medicina no índio e o seu "estranho" comportamento junto ao fogo em caso de doença.

A diferença informativa e explicativa entre a primeira e a terceira fases pode ainda ser avaliada nos dados náuticos obtidos nas décadas de trinta e de oitenta ou na passagem de uma fase de meras anotações sobre o corpo pintado do índio a um tempo explicativo sobre a realidade vista:

"...jenipapo é uma arvora que se dá ao longo do mar e pelo sertão, cujo fruto aqui tratamos...quando esta fruta é pequena, faz-se dela conserva, e como é grande, antes de amadurecer, tinge o sumo dela muito, com a qual tinta se tinge toda a nação do gentio...tem virtude esta tinta para fazer secar as bostelas das boubas aos índios, e a quem se cura com ela..."⁽⁵⁷⁾.

Um outro índice de progressão, na quantidade e na qualidade informativas, pode ser medido entre a segunda e a terceira fases. Nos *Tratados de Pêro de Magalhães de Gandavo*, surgem dados sobre cinco espécies de cobras que ocupam o segundo parágrafo do capítulo oitavo

⁽⁵⁵⁾ Pêro Lopes de Sousa — *Navegação que fez Pêro Lopes de Sousa no Descobrimento da Costa do Brasil militando na capitania de Martim Afonso de Sousa: na era da encarnação de 1530*, B. Ajuda, cod. 51-LX-17, Fol. 30.

⁽⁵⁶⁾ Gabriel Soares de Sousa — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, ed. F. A. Varnhagen, C. E. N. , S. Paulo, 1971, II parte, cap. LXIII, p. 210.

⁽⁵⁷⁾ Gabriel Soares de Sousa — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, ed. F. A. Varnhagen, C. E. N. , S. Paulo, 1971, II parte, cap. LIV, pp. 193-194.

da parte segunda. No final da década seguinte **Gabriel Soares de Sousa** informa sobre quinze espécies de cobras, em cinco capítulos.

Para além desta progressão quantitativa de 200%, o que está em causa é uma diferença qualitativa de tratamento que se manifesta, também, no próprio vocabulário: **Pêro de Magalhães de Gandavo** fala de *giboiossu*, "...pela língua dos índios...", enquanto que **Gabriel Soares de Sousa** dedica um só capítulo à "...jiboia...".

Ao longo do século XVI, os discursos geográfico-antropológicos, de base vivencial, sobre o Brasil e o Índio, apresentam uma sequência progressiva, uma progressão na quantidade dos dados físicos e humanos, na qualidade descritiva, na capacidade classificativa e explicativa.

O eixo das sucessões, que acompanhámos através de uma breve visita aos individuais documentais mais relevantes, é aqui progressão no saber. Progressão no conhecimento através da acumulação de dados, do refinamento na anotação descritiva e na busca de interpretação explicativa.

O avanço no conhecimento do Brasil e do Índio não está separado da quase permanente valoração, do constante uso de referências e de quadros europeus para explicar o novo e a diferença. As culturas clássica e cristã balizam a tela cultural de quem escreve sobre o Brasil e o Índio.

O olhar geográfico e antropológico do europeu está marcado pelos conceitos e figuras da sua civilização. É a partir das ideias de bárbaro e de polícia, de gentio e de cristão, dos enunciados de Aristóteles, da Bíblia, de S. Agostinho, de S. Tomás de Aquino, etc., que os portugueses de quinhentos podem e sabem ver e classificar as coisas do mundo. Este fundo memorial retocado, adaptado, transformado, criticado é o horizonte que permite, mas também limita, é o quadro das possibilidades e dos limites da razão antropológica do Renascimento.

É este horizonte de possibilidade e de limite que surge, por exemplo, na descrição e na interpretação do naturalismo tupi, quanto à água. No Renascimento, compreender uma diferença é integrá-la num quadro de semelhanças, é traduzir, analogicamente, um desconhecido por um conhecido:

"...no século XVI admitia-se, antes de mais, o sistema global das correspondências (a terra e o céu, os planetas e o rosto, o microcosmos e os macrocosmos), e cada similitude

particular, vinha alojar-se no interior dessa relação de conjunto..."⁽⁵⁸⁾.

A novidade é anotada, mas é também, descrita, classificada, explicada e, por isso, teoricamente, aproximada a um habitual, inscrita na tela cultural europeia, regulada pela herança retocada das culturas clássica e cristã.

É esta racionalidade própria ao Renascimento que surge, por exemplo, em **Fernão Cardim**, autor de textos de forte empirismo e de pouca valoração:

"...este gentio parece que não tem conhecimento do principio do mundo, do diluvio, parece que tem alguma noticia, mas como não tem escripturas, nem caracteres a tal noticia é escura e confusa; porque dizem que as águas afogarão e matarão todos os homens, e que somente um escapou em riba de um janipaba, com uma sua irmã que estava prenhe, e que destes dois têm seu principio, e que dali começou sua multiplicação..."⁽⁵⁹⁾.

O mito naturalista do **Outro** apenas é compreensível, no Renascimento, enquanto parte da história universal cristã dada pela Bíblia. Esse mito nada mais é que uma versão do dilúvio, uma versão desviada, obscura e confusa. Este apagamento memorial da verdade diluviana dá-se por ausência da escrita, apenas por presença da transmissão oral que é deturpadora, porque, como bem ensina a cultura europeia, apenas a escrita faz com que "...a memória dos acontecimentos não se apague entre os homens com o passar do tempo..." (Hérodoto-Histórias,I,1).

O Brasil e o Índio são realidades apreendidas e transmitidas de modo diverso, consoante, não apenas as fases socioculturais da colonização, mas também, a tela cultural dos sujeitos discursivos e a posição institucional donde e para que escrevem.

⁽⁵⁸⁾ Michel Foucault — *Les Mots et Les Choses*, Gallimard, Paris, 1975, p. 69.

⁽⁵⁹⁾ Fernão Cardim — *Do Principio e Origem dos Indios do Brasil (1584)* in *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, ed. C. Abreu e R. Garcia, C. E. N. , R. de Janeiro, 1925, p. 161.

O missionário acentua a problemática do índio enquanto que o colono ou o funcionário ligado ao aparelho estatal apresenta um tratamento mais equilibrado dos materiais, ou mesmo uma acentuação do Brasil físico e colonial.

A descrição dos usos e dos costumes do índio brasileiro ainda que sob a aparente unidade de objecto e de objectivo, mostra diferentes acentuações de interesse. Regra geral, o missionário tende a privilegiar os elementos comportamentais com mais directa implicação à problemática da alma e da moral (casamento, crenças sagradas, educação das crianças, etc.), enquanto que o colono privilegia a dimensão da antropologia material do índio, focando a relação com o trabalho, a tecnologia, os hábitos alimentares e militares, etc.

A mesma realidade é sempre outra. Os factos, ou seja, os relevantes do Brasil e do Índio são uma construção. Um construído a partir do encontro entre os sujeitos e as coisas, uma resultante em que aquilo que se anota e transmite nasce tanto do fenomenal do Brasil e do Índio, como da tela cultural, individual e social, de quem descreve, classifica e interpreta.

Todas estas possibilidades e limites, flutuações e divergências formam, ao longo do século XVI, os caminhos do saber sobre o Brasil e o Índio. Caminhos que fazem evoluir o conhecimento desde uma idade de enunciados assentes num visível imediato, até discursos especializados que produzem uma descritiva e explicativa capaz de fazer ver as razões daquilo que o olhar retém.

A progressão quantitativa no número e na variedade das informações e a progressão qualitativa que opera a passagem do imediatismo à explicação, geram uma imagem do Brasil e do Índio. Imagem que, em termos gerais, é a de um Brasil de fertilidade que se cumpre e potencia cada vez mais e a de um Índio que passa de positivo corporal e de vazio comportamental, a um negativo corporal e obstáculo ou aliado comportamental.